

memória CULT



Ouro Preto - MG - Brasil - Ano IX - nº 26 - novembro de 2019

memoriacult.com.br



 **INÉDITO | Tiradentes e o Tempo | Nova face do Herói**

por José Efigênio Pinto Coelho

 **A Saga de um Tribunal**

por Ricardo Machado Rabelo

 **Entrevista:**

José Fernando Aparecido de Oliveira



Antes



Depois

casablanca

*"O Asilo ganhou um telhado novinho e acabaram as goteiras. Agora dá até pra dançar."
Valdir Marques de Oliveira,
73 anos.*

Onde tem ação dos deputados, tem gente vivendo melhor.

Com as emendas parlamentares, os deputados destinam recursos para resolver problemas das comunidades mineiras, como as goteiras do Asilo Obra Assistencial Monsenhor Alderigi.

Isso é Minas demais.



Saiba mais
almg.gov.br/emendas

SOU **minas**
DEMAIS



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DE MINAS GERAIS**

Poder e voz do cidadão



Editorial

Ufa ! Enfim o número 26 da memóriaCult ! A revista, com todos os atropelos inerentes a projetos culturais, burocracias e a inata dificuldade deste editor em reivindicar apoios que possam, mesmo que mui remotamente, parecer a terceiros desavisados, causa própria e não fruto único de teimosa insistência em legar para os leitores artigos da mais alta qualidade como se pode ver em todas as edições desta revista apartada de excessos de anúncios comerciais.

Mas, vamos lá: temos a ótima entrevista pelo caro prefeito de Conceição do Mato Dentro, crescida, aparecida e eternizada pelo ilustríssimo filho, do genial e unânime José Aparecido de Oliveira, que foi parte importantíssima da história do Brasil no século XX ... Seu filho, José Fernando Aparecido de Oliveira, por três vezes seu prefeito, deputado e atual presidente da Associação das Cidades Históricas de Minas Gerais, discorre sobre o maior bem dessa Minas Gerais, o minério que dá o nome ao estado. Brilhante, atual e muito oportuna a sua fala.

A seguir, outra oportuna evocação a Minas Gerais, no texto do juiz federal Ricardo Rabelo, que descreve a saga, e da qual foi um dos principais partícipes, de muitos e muitos anos, para a instalação do Tribunal Regional Federal, o TRF 6 , em Minas Gerais. Lavra esta, além de lembrar Minas, bem demonstra a antiga e urgentíssima necessidade da instalação do Tribunal que, certamente, e nos moldes ora propostos, sem vultuosos gastos adicionais, o Congresso Nacional há de aprovar em continuidade à recente e meritória iniciativa do mineiro e presidente do STJ, ministro João Otávio de Noronha. O ex Governador de Minas, senador Antonio Anastasia, o presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias e o presidente da ALMG, deputado Agostinho Patrus, também evocam a necessidade desse Tribunal em benefício da sociedade mineira.

De Ouro Preto, do artista, historiador e estudioso de nossa rica história, José Efigênio Pinto Coelho, vem um artigo instigante sobre a real face do Tiradentes, embasado em estudos e descobertas feitas pelo autor em suas permanentes pesquisas. E mais, com base nesse seu trabalho, ele retratou essa nova imagem do mártir da Inconfidência Mineira, o herói nacional Tiradentes, nascido na Fazenda do Pombal, na região de São João del-Rei, Tiradentes e Ritópolis.

Desenvolvimento industrial e comercial de Minas Gerais, à luz da Universidade de Coimbra no projeto da Inconfidência Mineira, é o tema desenvolvido pelo juiz aposentado Auro Maia de Andrade, que por anos serviu tão bem em São João del-Rei, deixando ali, do alto de sua compleição visionária, impagáveis frutos históricos, cívicos e nacionalistas como a Comenda da Liberdade e Cidadania.

Ainda sobre a Inconfidência Mineira, o escritor, historiador, literato e desembargador Bruno Terra Dias, mui brilhantemente, como de costume, discorre sobre crime de lesa majestade, referindo-se ao advogado e mal reconhecido poeta Claudio Manoel da Costa, encontrado morto em um dos “segredos” adaptados na Casa dos Contos de Ouro Preto, então residência de João Rodrigues de Macedo, o possível cérebro financeiro do movimento que, por certo, legaria ao Brasil destino mais glorioso e edificante...

Finalmente, e ainda sobre Minas Gerais, agora ao norte, onde desponta a antiga, bela e pujante Montes Claros, é esta descrita historicamente por um dos seus mais ufanistas e diletos filhos, o jornalista Manoel Hygino dos Santos, membro da Academia Mineira de Letras, mestre impar de todos nós da comunicação e, sobretudo, enaltecedor permanente de sua terra e região norte dessa Minas Gerais tão singular e ao mesmo tempo tão plural.

Boa leitura! E viva Minas Gerais!



Eugênio Ferraz

Diretor Executivo e Editor Geral da Memória CULT

Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do IHGMG. Servidor do Ministério da Fazenda desde 1974, foi seu Superintendente em MG de 1998 a 2011 e, a seguir, Diretor-Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais

Sumário



08 **A Saga de um Tribunal**
por Ricardo Machado Rabelo



13 **Tiradentes e o Tempo**
por José Efigênio Pinto Coelho

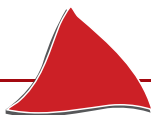
04 **Página do Artista**
José Efigênio Pinto Coelho

21 **Universidade de Coimbra X
Inconfidência Mineira**
por Auro Aparecido Maia de Andrade

05 **Entrevista:**
José Fernando Aparecido de Oliveira

26 **Primeiras linhas de um crime de
lesa-majestade**
por Bruno Terra Dias

28 **Montes Claros**
por Manoel Hygino dos Santos



Espaço do leitor

Agradecemos o envio de críticas, sugestões e comentários para o aprimoramento desta revista: memoriacult@gmail.com. A Memória **CULT** poderá editar manifestações de leitores selecionadas para publicação, não necessariamente na edição subsequente.

Meu caro Eugênio Ferraz, muito bom ver o destaque que esta Memória CULT deu à Radiodifusão mineira. Nós da AMIRT – Associação Mineira de Rádio e Televisão - ficamos gratos e honrados com tamanho espaço dedicado ao nosso setor.

Mayrinck Júnior
Presidente da Associação Mineira de Rádio e Televisão |
AMIRT

Muito boa a revista Memória CULT. Estou lendo suas páginas aqui no Sul da Bahia e lembrando de como é boa e cheia de histórias a nossa eterna Minas Gerais. Obrigado pelo envio,

Gabriel Guedes
Compositor e instrumentista

ÚLTIMA EDIÇÃO



A edição número 25 da Revista Memória **CULT** entrevistou o jornalista Mayrink Júnior. Prestou homenagem a Saldanha Marinho, no artigo de Elizabeth Santos Cupello e muito mais, confira a edição completa em memoriacult.com.br.

ERRAMOS

A data de capa da edição 25 da Memória **CULT** foi impressa como dezembro de 2018, porém a data de impressão/circulação correta é julho de 2019.

Na página 4 deve-se desconsiderar/suprimir, no 3º parágrafo, o trecho em inglês que inicia-se em “This affirmation...” até “... creation de obras;”

EXPEDIENTE **memória CULT**

Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil - ano IX - nº26 - novembro de 2019

Diretor Executivo e Editor Geral | Eugênio Ferraz - Reg.: 8.172-MG

Editor | Petrônio Souza - Reg.: 7.124-MG

Projeto Gráfico | Raphael Simões

Revisão Ortográfica | Acácio Cândido da Silveira Santos

Foto da capa | José Efigênio Pinto Coelho

As manifestações expressas em artigos são de inteira responsabilidade dos respectivos autores e não refletem, necessariamente, a opinião da publicação.

Artista da capa

50 anos de artes



Zefigenio Pinto Coelho

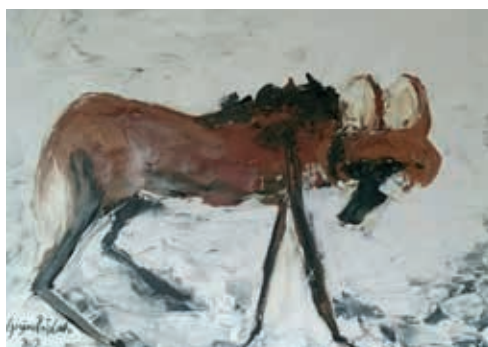
Foi em 1969 que fiz uma opção extremamente segura, vou aprender a pintar, desenhar, a participar do mundo. Eu era um menino solitário, não por timidez, mas por contingência da vida. Nasci em Ouro Preto, mas passei a minha primeira infância no Rio de Janeiro, entre subúrbios e quartéis, meu pai era militar de comunicações e a capital do Brasil era o melhor lugar para seguir carreira. Mas estávamos em plena construção de Brasília, Juscelino, era o nome que muito se escutava, meus pais não sabiam o que fazer: ir para Brasília, ficar no Rio ou voltar para Ouro Preto.

Retornamos para Ouro Preto, cidade fria, casas velhas abandonadas, tropeiros pelas ruas vendendo verduras e frutas, crianças descalças nas escolas, muita tristeza no ar, pessoas mal vestidas, quase nenhum automóvel. Só escutava a palavra Saramenha. Grande parte dos homens andavam com um uniforme de calça e camisa de brim azul e um capacete cinza claro na cabeça. Eram os operários da Fabrica de Alumínio.

Tive que refazer minhas amizades com outras crianças, nas escolas, crianças pobres, catecismo crianças estranhas, vizinhos eu era o estranho. Entrei para o colégio Arquidiocesano, educação rígida, católica, não podia conversar. Por acaso freqüentei a Aliança Francesa, com aulas de reforço após tomar segunda época. Gostei, me senti normal. Anos setenta a cidade acordou de um longo sono, surgiram os festivais de inverno e a Escolinha de Arte.

Foi no segundo semestre de 1969, que subi os degraus do velho casarão abandonado, cheio de biombos, vidros quebrados, paredes esburacadas, chão com madeiras soltas, ambiente escuro, era a Escolinha de Arte. Entrei com receio, uma linda mulher de cabelos avermelhados longos, botas de cano alto, calça comprida, lenço no pescoço, veio ao meu encontro e disse: entre eu sou Ana Amélia, a professora de Arte.

zefigeniopc@yahoo.com.br




Entrevista

A política por tradição e vocação

Entrevista com José Fernando Aparecido de Oliveira

por Petrônio Souza*



A Memória CULT nesta edição traz uma entrevista exclusiva com o prefeito de Conceição do Mato Dentro e presidente da Associação das Cidades Históricas de Minas Gerais, José Fernando Aparecido de Oliveira. Um dos políticos mais promissores de Minas Gerais na atualidade, José Fernando é filho do saudoso embaixador José Aparecido de Oliveira e está em seu terceiro mandato à frente da prefeitura de Conceição do Mato Dentro, sendo eleito pela primeira vez em 2000, como um dos mais jovens prefeitos do país naquele pleito. Quatro anos depois foi reeleito. Em 2005 tornou-se deputado federal pelo Partido Verde e fez de seu mandato uma permanente tribuna em defesa da cultura e do patrimônio artístico e arquitetônico mineiro e brasileiro. Em 2010 disputou o governo de Minas, trazendo para o debate político a questão mineral e a cobrança dos royalties mais justos da mineração, fato que, desde então, pautou a política e a economia do Estado. Em 2017 o governo federal aprovou um projeto de Lei baseado em suas reivindicações iniciais, acerca da política mineral brasileira. Como tem sempre falado em eventos e palestras, José Fernando afirma que é um político da velha política, da política que herdou de seu pai, a política das mãos limpas, do interesse público a frente dos particulares, da política feita por vocação e não ambição pessoal. Confira a íntegra do que ele disse à Memória CULT.

José Fernando, você foi pioneiro em abordar o assunto da mineração em Minas Gerais e a cobrar uma compensação mais justa para os municípios e os estados. Parte de suas reivindicações se tornaram lei federal em 2017. Como você vê a mineração após todas essas lutas no campo político desde o primeiro instante?

Nosso Estado tem em seu próprio nome uma atividade econômica: a mineração. Em um primeiro momento essa atividade nos deixou um legado artístico, cultural e arquitetônico de beleza única, culminando hoje em três patrimônios culturais da Humanidade: O Santuário de Bom Jesus de Matozinhos com os profetas de Aleijadinho, em Congonhas e os centros históricos de Ouro Preto e Diamantina. O Ciclo do Ouro nos deixou o Barroco e as cidades históricas mineiras, que juntas somam mais da metade de todo o patrimônio artístico e arquitetônico tombado em Minas Gerais.

Três séculos depois a mineração continua representando a principal atividade econômica de nosso Estado. AAMIG – Associação dos Municípios Mineradores do Estado de Minas Gerais vem cobrando, há vários anos, um novo modelo de exercício da atividade mineradora que leve em conta a sustentabilidade, a segurança da população e o futuro econômico dessa atividade que é finita, além do desenvolvimento do turismo histórico e cultural nessas cidades. Esse é o grande desafio que assola a maior parte das cidades mineradas de nosso Estado, quase sempre históricas. Grande parte desses municípios se tornaram dependentes da extração

minerária e muitos não sobreviveriam sem a arrecadação tributária advinda da mineração, perdendo assim uma outra vocação natural: o turismo.

Não podemos mais aceitar que o interesse econômico das mineradoras se sobreponha a segurança da população, do desenvolvimento do turismo, da preservação das belezas naturais e a efetiva viabilidade ambiental e cultural exigidas em qualquer empreendimento dessa natureza.

*Três séculos
depois a
mineração
continua
representando a
principal atividade
econômica de
nosso Estado*

É inadmissível que órgãos ambientais licenciem empreendimentos e renovem licenças considerando métodos ultrapassados e obsoletos, proibidos em outros países, a exemplo do método de alteamento de barragens de contenção de rejeitos a montante. É necessário o imediato aperfeiçoamento da Legislação, aliada a uma fiscalização rígida e isenta, com estrutura técnica e acompanhamento efetivo in loco. Para que verdadeiros crimes não mais aconteçam em Minas Gerais e no Brasil.

Hoje essa realidade mudou um pouco com o aumento na arrecadação de acordo com a nova lei? O que é imprescindível nesse momento?

O sucateamento do DNPM - Departamento Nacional de Produção Minerária - ao longo de décadas culmina hoje em uma Agência Nacional de Mineração, carente de estrutura técnica, física e de recursos humanos, incapaz de fiscalizar, promover e assegurar que a mineração seja exercida no interesse nacional, como determina o artigo 176 da Constituição Federal.

Não é mais possível admitir o rompimento de barragens de rejeitos em Minas Gerais. Duas grandes catástrofes já fazem parte da tragédia nacional e se tornaram, nos últimos anos, os maiores crimes ambientais da história do Estado, do país e até do mundo. Nesses dois crimes ambientais registramos centenas de mortes e incalculáveis prejuízos sociais, econômicos e ambientais. Além do trauma que nunca será superado, temos a aniquilação de córregos, rios e de toda uma cadeia que se estrutura à sua volta, que vai da vida humana, fauna e flora, abastecimento de água, atividades econômicas como a pesca, pequenas lavouras, turismo, patrimônio histórico e a própria atividade mineradora. Os prejuízos não caberiam em nenhum relatório, pois são incomensuráveis, em todos os vieses: social, econômico, ambiental, humano e cultural.

É inadmissível que órgãos ambientais licenciem empreendimentos e renovem licenças considerando métodos ultrapassados e obsoletos. A reincidência de um cri-

me ambiental e humano ocorrido na mina da Vale, no município de Brumadinho, merece profunda reflexão acerca da atividade minerária que queremos em Minas e no Brasil.

Você tem falado sempre que Minas Gerais é um Estado de ouro e não da lama, e junto citando dados de nossas história e cultura. O que é preciso ser feito nesse momento para que a população mineira tenha maior consciência desse patrimônio que é único no mundo?

A evolução do Estado é o fortalecimento das instituições e suas ações. O associativismo é uma das bases de uma democracia forte e consolidada. Foi pensando nisso que foi criada a Associação das Cidades Históricas de Minas Gerais, em 2003, que hoje congrega 30 municípios mineiros. Esses municípios somam juntos mais de 60% do patrimônio histórico tombado no Brasil e mais de 70% do patrimônio tombado em Minas Gerais. Entre seus filiados estão três Patrimônios Culturais da Humanidade, tombados pela UNESCO: Diamantina, Ouro Preto e Congonhas.

Todas as regiões mineiras estão representadas na Associação, desde os Gerais, parte ao norte do Estado, que foi a primeira a ser desbravada por bandeirantes vindos da metrópole de Salvador e interior da Bahia, tendo como referência o rio São Francisco, como as cidades de Januária e Paracatu; até o Sul de Minas das grandes fazendas, que abasteciam o Rio de Janeiro e que viveram os ciclos do Ouro e do Café, como Baependi, terra onde a Beata reconhecida pelo

Vaticano Nhá Chica fez história; São Thomé das Letras e Campanha; até as várias cidades das Minas do Ouro, vindo desde o Vale do Jequitinhonha, como Diamantina e Serro, até as tradicionais Ouro Preto, Mariana, Tiradentes e São João del Rei, entre tantas outras. Vale lembrar que no caminho velho para Goiás, no Centro-Oeste mineiro, temos a surpreendente cidade de Itapecerica, com seus mais de 300 anos de história.

Todas as regiões mineiras estão representadas na Associação das Cidades Históricas de Minas Gerais

É essa que é a Minas profunda, a Minas de nossos pais e avós, e é esse estado de ouro e da cultura que temos que cantar e resgatar, pois somos únicos, temos um potencial incrível em nossas cidades e na alma de nosso povo e não podemos permitir que tudo isso seja soterrado por um monte de lama e ambição.

É urgente que os municípios sejam atores de sua história, e trabalhem diuturnamente em sua preservação, com comprometimen-

to, consciência cívica e muita criatividade. Hoje fizemos parcerias público-privadas na recuperação de patrimônios tombados em Conceição e isso não resgata só a história do município, mas a alma de nosso povo. E esse povo sabendo de sua história passa a amar ainda mais a sua cidade e amando a sua cidade ele canta e declara esse amor, que comove as pessoas, que a faz existir como um lugar de cultura, de arte, de uma vida saudável. Isso é imprescindível para qualquer outra ação de preservação ou de divulgação do turismo em qualquer cidade de Minas e do mundo. É preciso olharmos para dentro de nós e ver bater o coração.

O que você acha da revista Memória CULT?

Tenho acompanhado a revista desde as primeiras edições, quando nosso dileto Eugênio Ferraz era superintendente do Ministério da Fazenda. Lamento que ela, pela qualidade de seu conteúdo, não esteja sendo distribuída nas bancas, nas faculdades, nos museus, nas galerias de arte, porque a Memória CULT é sobre tudo uma publicação de resistência. Resistência de nossa arte, de nossos valores morais, de nossa história mais verdadeira. Para mim é uma grande honra figurar em uma de suas edições, lembrança que vou levar para toda vida...

*** Jornalista e escritor**



A saga de um **Tribunal**

Ricardo Machado Rabelo*

Fotografias e ilustrações: acervo do autor



Prédio da Justiça Federal em Belo Horizonte, MG

Em setembro, estava de férias, fora do Brasil, quando recebi uma mensagem no celular vinda do amigo Eugênio Ferraz compartilhando uma esperada e sonhada notícia.

O Superior Tribunal de Justiça havia aprovado à unanimidade o projeto de lei criando o Tribunal Regional Federal de Minas Gerais, ou seja, o TRF/6, com sede em Belo Horizonte.

Na mensagem, Ferraz me lembrou do apoio dado, no passado, pelo Fórum de Dirigentes Federais em Minas Gerais a essa importante reivindicação dos mineiros. Na época o Fórum estava sob a batuta de Ferraz e fazia convergir projetos e ações na busca da melhoria da Administração Federal em nosso Estado. Pelas mãos do seu diligente Presidente, a criação e instalação de um Tribunal Federal em Minas ingressou, portanto, na pauta do Fórum de Dirigentes.

Mas não foi só. Sendo um homem notoriamente reconhecido pela constante preocupação com o registro da história, Eugênio ainda me lançou um desafio de contar, em breves palavras, a saga do TRF/6.

Pois bem. Há muitos anos, um grupo de juízes federais mineiros, insatisfeitos com a morosidade do TRF/1, resolveu estudar alternativas para Minas Gerais ter o seu próprio Regional. Minas estava atrelada institucionalmente ao TRF/1 e os processos mineiros permaneciam por anos a fio sem julgamento naquela Corte. E notem que Minas Gerais era, dos 13 estados e o DF que compunham o TRF/1, o que mais lhe abastecia de processos. Gabinetes com 10, 20 e até 30 mil processos eram comuns. Mutirões seguidos não eram capazes de acabar com a morosidade.

A primeira iniciativa do grupo, naquele momento, para dar vazão ao projeto, foi a criação da Associação dos Juízes Federais de Minas Gerais- AJUFEMG. Uma associação, como se sabe, é instrumento legítimo de força e coesão.



Como naquela época, o Superior Tribunal de Justiça não era a favor da criação de novos Regionais, a solução encontrada pela AJUFEMG foi a de propor a criação do TRF em Minas por meio de emenda constitucional.

Por proposição do Senador mineiro Arlindo Porto, o projeto deu entrada no Senado. Lá, após várias discussões, o texto foi alterado por senadores de outros estados. Assim, o projeto de emenda cresceu. Foram agregados a ele outros Regionais com sede no Amazonas, Paraná e Bahia. Aprovado no Senado, seguiu em frente.

Eta etapa seguinte foi a discussão e votação do proje-

to na Câmara dos Deputados. Centena de reuniões, debates e atos públicos foram realizados. Artigos de autores diversos foram publicados sobre a matéria. As bancadas finalmente se uniram e a PEC 544/2002 foi aprovada e convertida na Emenda Constitucional nº 73/ 2013.

Contudo, para surpresa e tristeza de todos, passados poucos dias da promulgação, o Ministro Joaquim Barbosa, do STF, em um sábado, no plantão, a pedido de uma associação estranhíssima, suspendeu, por decisão monocrática, a emenda constitucional, em meio a argumentos de baixíssima consistência jurídica, como notoriamente reconhecido nos meios jurídicos.



O processo posteriormente foi redistribuído ao Ministro Luiz Fux, como relator, e lá está no STF até hoje, há mais de 6 anos, não obstante os apelos feitos pela sociedade no sentido de ser julgado.

Quando se debruça sobre todos esses anos o que se constata é que na luta pela instalação do Tribunal acontece-

ram momentos de alegria e tristeza. Em momentos alegres e esperançosos a sociedade, por seus diversos segmentos, se mobilizou e uniu forças pela criação do Regional. Em outros, porém, o movimento perdeu força, entristeceu, como no prematuro falecimento do juiz federal Renato Martins Prates, um guerreiro na arte de ouvir e convencer.

Agora, em 2019, com a chegada do Ministro João Otávio de Noronha, mineiro de Três Corações, à presidência do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal, a criação do TRF em Minas ressurgiu e, felizmente, foi aprovada pelo Superior Tribunal de Justiça, trazendo consigo uma proposta de funcionamento moderna e diferenciada.

O projeto apresentado pelo Ministro Noronha ao CJF e recentemente aprovado pelo STJ assenta-se na excelência da gestão, mediante a conversão e redistribuição de cargos, funções e espaços. Ou seja, o TRF/6 e seus 18 desembargadores federais começarão a trabalhar onde hoje funciona uma das unidades da Seção Judiciária, com gabinetes adequados e servidores trabalhando em secretarias conjuntas. Além do mais, a tecnologia será amplamente empregada nas ações e planejamento do novo TRF.

Enfim, como enfatizou o Ministro Noronha, o TRF/6 abrirá um novo estilo de gestão na Justiça Federal: um estilo simples, efetivo e de ação compartilhada, como requer e pode o Brasil de hoje.

Resta-nos aguardar a etapa derradeira: a aprovação do projeto pelo Congresso Nacional, o que se dará mediante o empenho da bancada parlamentar mineira e o mais breve possível.

São os bons ventos de Minas inspirando o Brasil, em uma nova concepção de fazer Justiça e cumprir a Constituição.

Demorou? Demorou! Mais de uma década. Mas, enfim, o TRF/6 está chegando, rejuvenescendo a justiça federal mineira. Como destacou o amigo Eugênio Ferraz: justiça pode até tardar, mas não falha!

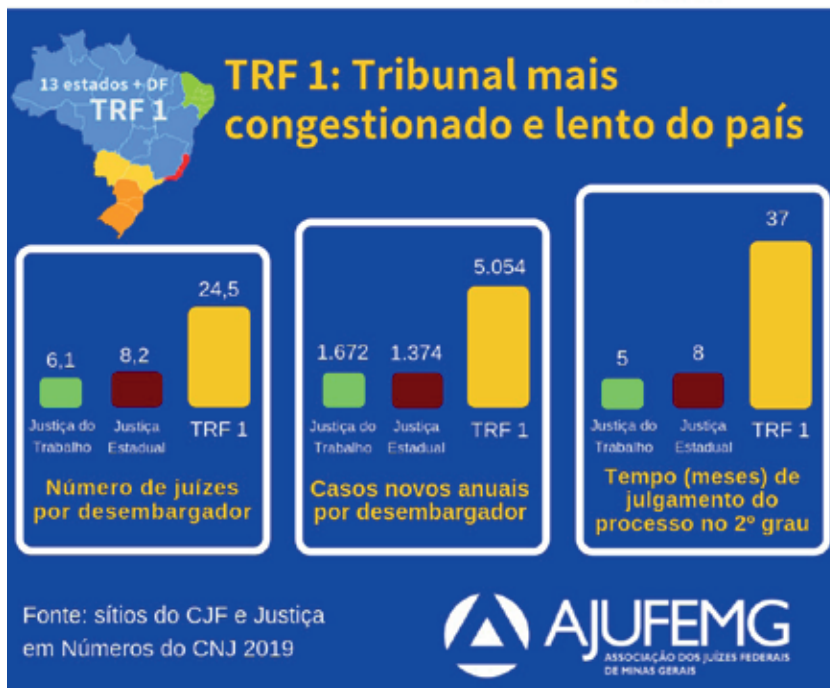


Ministro Noronha ladeado por Juizes Federais de Minas Gerais

O TRF 1 DEVE SER DESMEMBRADO?

4

#trf6



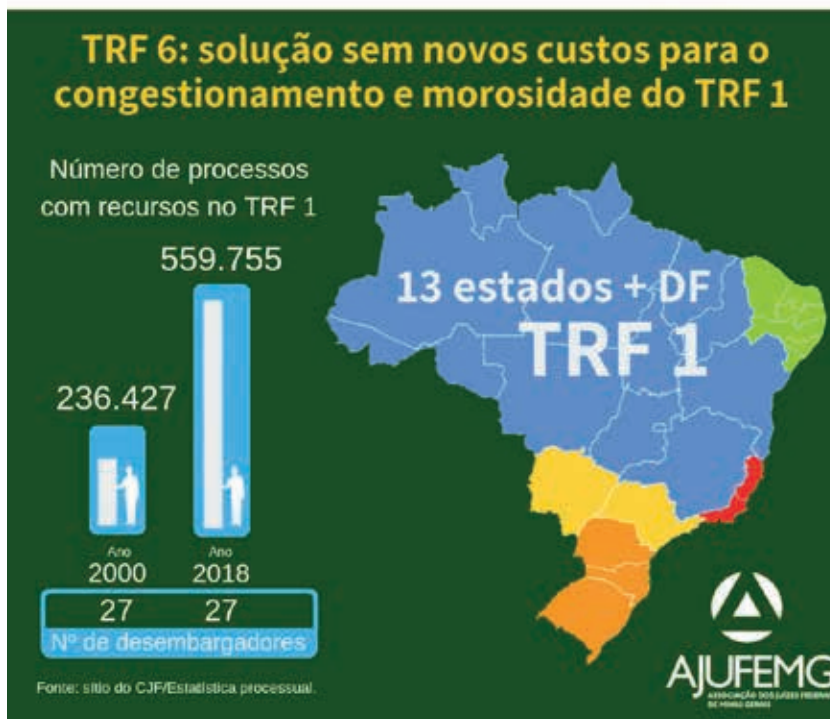
“A aprovação pelo Superior Tribunal de Justiça da criação do Tribunal Regional Federal de Minas Gerais (TRF6) é importantíssima para nosso Estado. Essa é uma reivindicação justa, um sonho antigo de diversas instituições e pessoas, como bem lembra o Dr. Ricardo Machado Rabelo, que agora está mais perto de se tornar realidade. Vamos trabalhar no Congresso Nacional, junto às bancadas de outros Estados, para termos a aprovação rápida desse projeto de Lei que, aprovado, garantirá mais acesso à Justiça e maior celeridade processual aos cidadãos de Minas Gerais que precisam recorrer ao TRF.”

Senador Antonio Anastasia
Ex-Governador de Minas Gerais

A CRIAÇÃO DO TRF 6 É NECESSÁRIA?

2

#trf6



“Atualmente, Minas responde por 35% das ações que tramitam no TRF-1, sediado em Brasília, e que engloba outros 12 estados e o Distrito Federal. É o Estado com o maior número de ações nesse Tribunal, o que demonstra, portanto, a necessidade de um novo órgão.

A partir da instalação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6), a justiça estará mais próxima dos cidadãos mineiros. O benefício será, acima de tudo, para a população, que terá um serviço público ainda mais qualificado, com mais eficiência e celeridade nos processos, por isso, é fundamental que Minas se una em torno desta causa”

Deputado Agostinho Patrus
Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais



GOL DE PLACA

Lembro-me que há um ano, por ocasião da posse do ministro João Otávio de Noronha na Presidência do STJ, publiquei artigo afirmando que o ministro Noronha “destemido como é, tricordiano como Edson Arantes do Nascimento, o nosso Pelé, certamente saberá vencer eventuais resistências ainda remanescentes no STF para derrubar a liminar e colocar em execução a decisão do Congresso, fazendo um verdadeiro ‘gol de placa’, inspirado no exemplo do conterrâneo”.

O “gol de placa”, que o ministro efetivamente fez, foi enviar ao Congresso Nacional o Projeto de Lei de criação do TRF/6 que, se já era necessária quando a proposta legislativa foi apresentada pelo senador Arlindo Porto, passou a ser inadiável, não apenas para deixar de penalizar o cidadão mineiro, mas também como mandamento de sensatez em favor do Poder Judiciário.

Assim é que a esperança dos mineiros de ver concretizada a instalação do Tribunal parece mais próxima do que nunca, a depender apenas do bom senso de nossos congressistas. Desta forma, poderemos comemorar não apenas a marcação de um gol de placa, mas a conquista de um verdadeiro campeonato.

Desembargador Nelson Missias de Moraes
Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais

* Juiz Federal - 3ª Vara/MG e ex-presidente da AJUFEMG

Tiradentes e o tempo

Fotografias e ilustrações: acervo do autor

José Efigênio Pinto Coelho*

RESUMO

Neste trabalho, desenvolvo três linhas sobre Tiradentes: 1ª- Que ele era branco de cabelo louro e olhos azuis. 2ª- Que ele era um dos mais ricos dos Inconfidentes e relacionava-se muito bem com o poder. 3ª- Que sua linha filosófica era da vertente do iluminismo inglês, por isso foi pouco compreendido, num país de profunda influência filosófica francesa.

Alferes Joaquim José da Silva Xavier, símbolo máximo da República do Brasil, idolatrado e ao mesmo tempo desacreditado. Personagem misterioso e pouco compreendido pelos estudiosos da história do Brasil, vítima de descrença e calúnias, contrastando com uma vida empolgante e rica de fatos inacreditáveis, que o fez o principal conjurado da Inconfidência Mineira.



Imagem de Tiradentes, obra e concepção de José Efigênio Pinto Coelho, autor deste artigo.



Praça Tiradentes, Ouro Preto: monumento em homenagem a Tiradentes e Palácio dos Governadores de Minas Gerais ao fundo

Por ter sido o único escolhido à pena de morte, é visto como “ bode expiatório ”, como se diz popularmente: “ a corda sempre parte do lado do mais fraco”. Na posição de Alferes, Joaquim José não podia estar entre os líderes, pois, os Inconfidentes eram um grupo da elite mineira do séc. XVIII: Juristas, mineradores, fazendeiros, militares de altas patentes, banqueiros, comerciantes, padres... Então se pergunta, o quê estava fazendo um pobre alferes entre os maiores da Província? A resposta imediata é sempre contra a pessoa do Alferes, começando como nos primeiros livros publicados sobre a inconfidência como, “ Conjuração Mineira” , de Joaquim Norberto de Souza e Silva, no período monárquico, retratando-o como pobre e louco, além de feio e pouco simpático.

Com o crescimento do movimento republicano, a imagem do Tiradentes foi usada como símbolo da liberdade e após a vitória da República, pinturas e estátuas ornaram praças e museus por todo o país, também nomes de ruas, praças, palácios e até cidade. Ao mesmo tempo cresce a impossibilidade deste Alferes ter mérito para ser uma liderança entre os Inconfidentes.

Mas como era Joaquim José da Silva Xavier? As representações do herói são mais ideológicas que reais.

As pesquisas sobre este assunto nunca tiveram muita importância, cada pintor ou escultor ou mesmo escritor, retrataram-no ou descreveram-no sem uma preocupação com a sua verdadeira fisionomia a ponto de retratá-lo como o Cristo renascentista, com barba e cabelos grandes, ou mesmo fazendo uma síntese do povo brasileiro, com cabelos pretos, barba e olhos negros, um pouco moreno.

Mas qual era a fisionomia de Tiradentes?

Da enorme bibliografia, pouca coisa se extrai, sobre sua fisionomia, mas num pequeno ensaio sobre “As obras de artes”, publicado na revista “Bicentenário de Ouro Preto”, 1911, escrito por Diogo de Vasconcelos, encontramos pela primeira vez uma descrição coerente. Este artigo é considerado umas das primeiras críticas de arte no Brasil. A revista teve pouca divulgação, uma pequena edição e única, o que foi uma lástima, pois, muitos historiadores discutiram em vão, como era a feição do Herói Nacional. Sendo assim, confio plenamente nas palavras do autor. Diogo de Vasconcelos descende de uma das famílias mais importantes e tradicionais de Minas Gerais. Sua mãe D. Ana Rosa Pereira de Vasconcelos, filha do Inconfidente, o advogado Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, pai de uma rica descendência como: Bernardo Pereira de Vas-



Museu da Inconfidência, Ouro Preto

concelos, Senador e primeiro-ministro do Império, Tenente-General Jerônimo Pereira de Vasconcelos que seguiu carreira militar em Portugal, Fernando Pereira de Vasconcelos diplomou-se em História Natural, foi o criador do Jardim Botânico de Ouro Preto, Francisco Diogo, magistrado, Senador, Ministro e Conselheiro de Estado. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos foi afilhado de casamento de Tomás Antônio Gonzaga. Diogão como é conhecido para diferenciar um do outro, nasceu em 1758, em Santo Ildefonso, Porto, Portugal. Faleceu em 1812. Foi casado com Maria do Carmo de Souza Barradas, mineira de Mariana. Diogão teve um papel complicado na Inconfidência. Dizem que o Embuçado bateu a sua porta para avisar sobre a prisão do Tiradentes, no Rio de Janeiro. Além disso foi o vereador escolhido para fazer o discurso na Casa de Câmara de Vila Rica, elogiando a Monarquia, pela perfídia dos Inconfidentes, após a morte de Tiradentes, 1792.

Diogo Pereira era vizinho do Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, portanto, estava no mínimo, próximo dos Inconfidentes. No caso do Embuçado, foi ele pela manhã avisar os amigos, Claudio Manuel e o Tomás Antônio. Chegou a ser preso em Vila Rica, em seu depoimento, afirmou que nada sabia, foi salvo após

a morte de Claudio Manuel, o que provocou uma grande preocupação ao Governador Visconde de Barbacena, que sentiu escapular de suas mãos o destino da Capitania.

Com todos estes fatos, acreditamos que Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, conheceu Tiradentes e que estivera com ele em momentos importantes da Inconfidência. Nada marcou mais Minas Gerais, que a Inconfidência Mineira! Minas ficou arrasada, Vila Rica acabou. A pessoa do Tiradentes enforcado em Praça Pública no Rio de Janeiro e sua cabeça exposta na praça principal de Vila Rica foi algo muito agressivo, como também a prisão de vários cidadãos de bem da sociedade, degredados para África e lá morrendo.

A família de Diogo de Vasconcelos, continuou seu destino em Minas. Foi nesse ambiente que cresceu o historiador da História Antiga de Minas Gerais. Sua mãe ouviu muitas histórias dentro de casa, o que nos faz acreditar, com certeza, em sua confissão, por escrito, a respeito do Alferes Joaquim José. Além do mais criticou as obras até então, pintadas sem o devido respeito à realidade. O historiador Diogo de Vasconcelos ao terminar o capítulo de seu ensaio nos mostrou de onde vêm os nossos saberes, uma ode a Ouro Preto:

“Daqui sahiram enfim os primeiros martyres. Não há portanto casa ou rua em que não vibrem recordações as mais caras de um povo. Como nos contos de Ossian refulgem nestas montanhas os luars da tradição e das lendas, e retocam-se de alegria as auroras do novo século. Cidade que foi o cérebro organizador da casa mineira, officina das leis e da ordem, é o maior monumento de seus monumentos. Quando mesmo a fatalidade das circunstâncias fisesse um dia eclyspar a civilização bastaria ao futuro, e o povo mineiro achar o segredo perdido de suas energias.”

Neste belo texto sobre a memória de um povo, ninguém, ou quase ninguém tem mais conhecimento sobre a figura física do Tiradentes que Diogo de Vasconcelos, por sorte nossa, no Bicentenário de Vila Rica em 1911, nos deixou a sua descrição:

“Sabemos que Tiradentes foi um homem, loquaz e impaciente, alto, magro e nervoso, de rosto comprido, ângulos salientes; olhos asues e inquietos; cabellos quase louros e rarefeitos com a barba da mesma cor. Não é portanto o Tiradentes do quadro, figura medíocre, feição arbitrária, sem vislumbre ao menos de sua situação mental. É certo



que a seu confessor declarou, o que elle teria declarado no momento, considerar-se satisfeito por ser o único a morrer deixando seus amigos ao menos com vida; mas não deu a declaração os tregeitos de Sócrates a beber da cicuta.”

Pois bem, aí temos a figura do Tiradentes: rosto comprido, ângulos salientes, olhos azuis e cabelos louros, com barba da mesma cor. Ao percorrer as iconografias do Tiradentes em todo o Brasil, em nenhum trabalho

aparece esta descrição, colocada pelo historiador que aprendeu dentro de sua casa, como era o Tiradentes. Alto, magro, louro de olhos azuis, nada a ver com a grande variedade de pinturas que existem por todo o país.

Lembrando que Tiradentes teve dois irmãos pais, o que no século XVIII tinha uma obrigação: “ser branco de sangue puro.” Com o desconhecimento destes dados a historiografia e a iconografia brasileira se

utilizaram da postura de louco e pobre, inferior, simples alferes, um peixe fora d'água, para fazer do Tiradentes, quase um mestiço, com cabelos pretos, olhos pretos, pois assim ficaria melhor na mentalidade dos estudiosos e artistas. Louro de olhos azuis ficaria mais difícil de ser atacado, pois esta é a imagem do colonizador, principalmente, na capital do Império ou da República. Não citar a sua verdadeira imagem, fica mais fácil de atacá-lo, comparando-o a um Zé Ninguém.

Escreveu também na Revista do Bi-Centenário de Ouro Preto, Lúcio José dos Santos, um ensaio sobre a "Inconfidência Mineira". Nesta época, pouca era a bibliografia existente e ele rebate Joaquim Norberto nos seus absurdos sobre a Conjuração Mineira. Este ensaio ficou muito fraco, o que o obrigou a ler os originais para publicar a sua Inconfidência Mineira, um dos melhores livros sobre o assunto. Lúcio José dos Santos é de Ouro Preto, Cachoeira do Campo, foi vereador e prefeito da cidade. No seu texto da revista ele não descreve a figura do Tiradentes, mas é evidente que ele leu o ensaio de Diogo de Vasconcelos, As Obras de Artes, em que descreveu a figura do Tiradentes. No seu livro sobre a Inconfidência Mineira, Lúcio José dos Santos demonstra a dúvida constante sobre a aparência de Joaquim José, pois não tinha o mesmo conhecimento de seu colega, mas nos deixou estas citações: "Afirmou alguém que Tiradentes era louro; disseram outros que era moreno." Lúcio José prossegue na questão da cor e o peso que ela tinha: "Há quem atribua outro motivo a essa reviravolta na vida de Tiradentes. Nas suas "Memórias" diz o Pe. Martinho de Freitas que Joaquim José quis despozar uma moça de S. João d' Rey, filha de Portuguezes ricos, opondo-se o pae da mesma, por ser o pretendente colono e de cor morena." Não foi interesse do Lúcio José dos Santos tomar partido nesta questão. Mas este exemplo nos mostra o quanto é importante discutir este pequeno detalhe, para compreender de que lado está a figura do herói. Sendo louro de olhos azuis como afirmou Diogo ele estava no mesmo patamar de Cláudio e Tomás, que também eram louros. Muito do descrédito do Joaquim José é a possibilidade dele ser mo-

reno o que, para os portugueses era uma sub-raça. Como o papel do Tiradentes nas reuniões era fundamental, com certeza ele era mesmo branco, louro de olhos azuis.

Já Kenneth Maxwell na "Devassa da Devassa", trata o nosso amigo como um ser sem a mínima possibilidade de estar no grupo dos magnatas oriundos do reino: "Silva Xavier parece ter tido especial inclinação pelos abastados contratantes-mercadores imigrantes e tentou associar-se a eles." Tudo no Tiradentes era "secundário", nada comparável aos estudantes chegados do reino, uma visão eurocentrista dele nos anos setenta(1970). Hoje temos boas pesquisas que apontam que o Tiradentes era um homem abastado e o que lhe foi sequestrado foi uma pequena parte, o grosso ficou na região do Rio das Mortes. Mesmo assim, o que foi arrecadado com a venda de seus bens, 800\$00 (oitocentos mil reis), era mais que se arrecadou com Gonzaga, o Tenente Coronel Francisco de Paula Freire e Álvares Maciel. No livro de André Figueiredo Rodrigues, "A fortuna dos Inconfidentes", a história do Tiradentes pobre, acaba, chegou ao fim, com as provas descritas e documentadas. A figura do herói mudou, Tiradentes está entre os mais ricos dos Inconfidentes e um dos mais bem relacionados com o poder. É importante frisar que as concessões de datas eram de interesse da Coroa portuguesa, com a distribuição das minas produtivas aos mineiros, isto aumentava o rendimento dos quintos. As datas concedidas eram relativamente pequenas e suas doações reguladas pelo número de escravos que cada mineiro possuía. Havia uma exigência de número superior de doze escravos por data.

Temos um dado relevante citado pelo autor Figueiredo Rodrigues: "No despacho, com data de 22 de setembro de 1781, o escrivão Antônio Tavares da Silva confirmou-lhe a concessão e a mediação de 43 datas minerais, localizadas no meio do rio do porto de Meneses, no tabuleiro do quartel e na barra do córrego da Vargem e do Convento, por possuir escravos suficientes para explorar aqueles terrenos. No dia 24 daquele mesmo mês, o comandante do distrito, tenente-coronel Manuel do Vale Amado, confirmou-lhe as datas de águas minerais, entregando-lhe a "posse corporal e atual e individual das terras."

Este é só o começo do filão da fortuna do nosso Hei-roi. Segue Figueiredo Rodrigues: “ O exemplo das 43 datas que Tiradentes explorava permite constatar que ele não era um homem com poucas posses como a historiografia tende a ressaltar e que sua ligação com o poder era maior do que se tem dito, pois do ponto de vista legal não seria possível explorar datas minerais que estavam sob sua posse. Até ser preso pela devassa da inconfidência, em 1789, Tiradentes explorava aquelas terras.” Rodrigues tira as suas conclusões: “ Possivelmente com os lucros obtidos nessa mineração, que pôde emprestar ao cadete José Pereira de Almeida Beltrão 200\$000 reis e a Luis Pereira Queirós a quantia de 220\$000 reis, encontrados no seqüestro de seus bens.” Sabemos que seu soldo de militar era de 140\$000 reis anuais. A fortuna continua: recebeu de herança de sua mãe a quantia de 965\$774 reis. A Devassa descobriu, quase um mês após o seqüestro de seus bens, que Tiradentes era dono de um sítio “com casas de vivenda, senzala e monjolo, tudo coberto de capim, com aproximadamente cinquenta quilômetros quadrado, compreendidos em oito sesmarias, na Rocinha Negra, no porto do Meneses”, o que confirma a sua ligação com o poder, pois não se podia doar mais que uma sesmaria a uma única pessoa.

“Na freguesia de Nossa Senhora da Glória de Simão Pereira, no Caminho Novo, termo da Vila de São João Del-Rey, Tiradentes também tinha fazendas em três sesmarias, que passaram por arrematação ao capitão Jerônimo da Silva Ferreira.” Mais terras vão aparecendo, mais rico vai se tornando Joaquim José: “Nos autos de Sequestro de Tiradentes consta a indicação de que ele era dono de algumas fazendas (sem sabermos quantas eram), na freguesia de Simão Pereira, sendo todas elas tituladas com documentos de sesmaria.” Na Rocinha Negra, Tiradentes recebeu do governador dom Rodrigo José de Meneses oito sesmarias para poder explorar a agricultura no local e abastecer os viandantes que passavam pelo Caminho do Meneses rumo ao registro do Paraíba. No local, o Alferes conseguiu também o direito de explorar 43 datas minerais. Estes terrenos foram distribuídos legalmente a Tiradentes. Se compararmos estas posses

auríferas com dados sobre os terrenos minerais de Alvarenga Peixoto e de Resende Costa, descobriremos o quão importantes foram as terras do “herói” da Inconfidência.”

Para fechar este trabalho sobre a fortuna do Tiradentes, vou citar mais um trecho do André Figueiredo Rodrigues: “Nas suas fazendas, Tiradentes desenvolvia práticas agrícolas e criava gado. Em abril de 1811, por exemplo, no recenseamento feito na intendência de Sabará, das arrematações dos ofícios da Justiça e contratos dos Dízimos, consta o lançamento da arrematação feita por conta da arrematação que Antônio Álvares de Araújo fez do gado vacum sequestrado do inconfidente Joaquim José da Silva Xavier, pela quantia de 50\$005 reis. Em nenhum trecho de seu Auto de Sequestro consta que o Alferes era proprietário de animais de corte.” Encontrei nos Autos de Devassa, vol.V, na 1ª Inquirição: “E sendo mais perguntado, a que veio a esta cidade... Respondeu que viera a esta cidade para a informação de três requerimento, um a respeito de umas águas, outro de um trapiche, e outro sobre o embarque e desembarque de gados...” Agora que passamos a ter consciência sobre o gado, ele estava mesmo envolvido neste assunto, despercebido por muitos.

Este montante de datas e cartas de sesmaria exploradas por Tiradentes demonstra a magnitude e o poder político alcançado por ele perante as autoridades da Capitania. Com estes novos documentos comprovantes de uma grande fortuna, Joaquim José se iguala aos homens mais ricos da Inconfidência Mineira, compreendendo ao que nos chama a atenção Figueiredo Rodrigues: “uma das características da estrutura agrária mineira: a concentração da propriedade da terra (e ao arripio da lei).” Com esta fortuna em mãos, Tiradentes almejava sem a menor sombra de dúvidas, os mesmos direitos e tratamentos dados aos portugueses. Com as ideias de libertação da América Inglesa, Tiradentes rico e influente, conhecedor dos segredos de toda Minas Gerais e amigo dos poderosos, era o personagem ideal para organizar o levante.

O mesmo preconceito dominou sobre a mentalidade do Alferes. Muito se fala da influência do iluminismo francês aos Inconfidentes e por isso se exaltam Claudio, Gonzaga,



Casa de Dr. Diogo Pereira De Vasconcelos



Casa de Tiradentes - atual Associação Comercial de Ouro Preto

Alvarenga, cômego Vieira, até mesmo o Diogo Pereira. Neste time Tiradentes não entra. É uma questão nacional. A mentalidade brasileira tem a mesma fonte ideológica: o iluminismo francês, idealismo. Falamos da Revolução Francesa com a maior alegria, principalmente, relacionando-a com a Inconfidência Mineira. Sem chance, nada se relaciona. Aqui tínhamos a riqueza e fartura enquanto a França, a pobreza e a fome. A causa mais importante da Revolução Francesa, foram dois invernos rigorosos, que destruíram as plantações, sem colheita, daí veio a fome, a maior ideologia! Mesmo assim, aqui aconteceu a devassa, antes dos acontecimentos em Paris. O que pouco se fala no Brasil é do iluminismo Inglês, este sim foi o responsável pela conscientização dos inconfidentes e principalmente, do Tiradentes.

Acredito que vários são os motivos para a desvalorização do Tiradentes, mas o mais forte é a influência do iluminismo inglês nas atitudes do Alferes. Um fato importante foi a tradução das Riquezas das Nações, de Adam Smith, por Claudio Manuel. Procurei em todos os autores e todos confirmam sua existência e que sumiu no meio dos bens sequestrados. Para mim é real a sua existência, pois, podemos ver os rumos das práticas econômicas empregadas pelos Inconfidentes, variando suas riquezas, com gados, plantações, terras agricultáveis, tecelagem, hospedagens, assuntos debatidos pelo autor das Riquezas das Nações. Se este autor era lido aqui, outros também seriam, principalmente, John Locke, filósofo inglês que mais influenciou a Revolução Americana. Em seu livro o Manto de Penélope, João Pinto Furtado credita nas discussões de como seria a república e suas representações: "Consentimento (expresso e tácito) seriam os fundamentos; em Locke, da permanência do governante no cargo, desde que afirmasse o primado da lei e assegurasse a liberdade individual e religiosa. Suas idéias foram a base teórica com que alguns dos americanos da América Inglesa constituiriam os contornos iniciais do novo Estado Americano." Então, a presença de Locke na América do Norte, ficaria só por lá? E por aqui? Só filósofos franceses?



Casa dos Contos de Ouro Preto

Acho que não! A não aceitação do Tiradentes nos meios acadêmicos passa por este caminho, o Brasil é uma nação extremamente Católica, foi a Igreja que educou este país, e o pensamento, tolerante do filósofo, não seria aceito. Sem perder o fio da meada, é bom lembrar que George Washington era autodidata e Benjamin Franklin foi tipógrafo, homens práticos que após anos de trabalhos receberam os Títulos de Doutores e Embaixadores.

O Empirismo Inglês fez uma limpeza na Europa, na Inglaterra foi a grande revolução. O ensinamento de Locke nos propõe: “o homem pensa de acordo com a sua experiência, a mente, não tem um passado divino das representações, é uma folha de papel em branco, uma tábua rasa. Sobre a religião, o homem é livre para professar a sua fé, livre e igual a todos, o estado não é divino e o governo representa o povo, a tolerância é o que lhe faz civilizado.” Mesmo que Tiradentes não tenha lido nada de Locke, ele estava em total sintonia, vejamos esta citação de Locke na Carta Acerca da Tolerância: “Com respeito a sua salvação todo homem tem autoridade suprema e final para julgar por si mesmo, porque ele sozinho está empenhado, e ninguém pode ver-se prejudicado devido a sua conduta.” Após a segunda sentença da rainha Maria I, que condenou a morte somente ao Tiradentes, ele sereno e calmo aceitou sua sentença e disse: “Agora morreria cheio de prazer pois não levava após si tantos infelizes, que arrastara; esse sempre de-

sejo, todas as vezes que fora a presença dos ministros, pedindo que fizessem dele a única vítima da lei.” Relato do Frei José de Jesus Maria do Desterro. Podemos ver neste texto a responsabilidade que Tiradentes assumiu e o compromisso de não prejudicar ninguém devido a sua conduta. Muito do seu caráter vai ao encontro com seu livro de cabeceira: “Coleção das leis Constitutivas dos Estados Unidos.” Não era um louco, nem pobre. Era rico e vinha de uma vertente filosófica que até hoje não entrou no Brasil, o “empirismo”. Como vamos entender o herói, se ainda temos a mentalidade escravocrata? Somos intelectuais. Não podemos sujar as mãos. Dentista prático é um ser secundário, como afirma Maxwell. Ao encontrar com Álvares Maciel, Tiradentes precisava de um contacto com alguém direto da Inglaterra, com conhecimentos reais sobre as riquezas da terra. Seria ele o responsável pela fundição do ferro e produção da pólvora. Conhecer a terra em que habita com sua flora e fauna, é ser rude, temos que falar do desconhecido, das fábulas greco-romanas. Pobre Tiradentes, a nossa estupidéz nos destrói. Vou usar as palavras de Márcio Jardim: “O radical revolucionário iluminista do século XVIII lavara a alma e entregara a sua vida.”

“Se todos quisessem, poderíamos fazer no Brasil uma grande nação.” (um filósofo empirista do sul da América)

***Artista Plástico, historiador,
membro da Academia Ouro-pretana de Letras**

A Universidade de Coimbra e o desenvolvimento industrial e econômico do Brasil no projeto da **Inconfidência Mineira**

Auro Aparecido Maia de Andrade*

Muito pouco cuidou a historiografia a respeito das ideias de desenvolvimento industrial e econômico do Brasil defendidas pelos Inconfidentes¹, e menos ainda tratou das suas origens.

O presente artigo, embora sendo um recorte breve de assunto histórico de tamanha importância, tem por objetivo despertar uma nova e substancial atenção com relação à inestimável contribuição da Universidade de Coimbra para o desenvolvimento industrial do Brasil no cenário da Inconfidência Mineira, tendo como difusores ex-estudantes conimbricenses, brasileiros e naturais da então capitania de Minas Gerais, e intimamente implicados naquele levante.

As ideias de industrialização, desenvolvimento tecnológico e econômico para o Brasil brotaram em prodigiosas mentes de estudantes brasileiros a partir da vivência coimbrã, tendo como referência brilhantes professores com formação iluministas² que para aquela Universidade se transferiram, com especial ênfase a partir do redimensionamento do ensino advindo com a Reforma Pombalina (1770).³



Professores como o renomado Domenico Vandelli⁴⁻⁵ verteram lições a alunos que no Brasil tiveram fundamental participação na Inconfidência Mineira.

Além desse importante lente italiano, a já mencionada reforma de ensino também trouxe para a Universidade de Coimbra outros notáveis mestres como Antônio Soares Barbosa (Lógica, Metafísica e Ética), Giovanni Dalla Bella (Física Experimental), Monteiro da Rocha (Ciências físico-matemática), Miguel Franzini (Álgebra), Miguel Antônio Cieira (Astronomia) e José Anastácio da Cunha (Geometria).⁶

A potencialidade das terras brasileiras e de seus minérios era de conhecimento dos cientistas daquela época, ilustrados iluministas. Tanto assim é que o iluminista abade Raynal⁷ fez referência expressa nesse sentido na obra *Histoire des Deux Indes*⁸⁻⁹ a qual fazia uma ampla descrição do Brasil.¹⁰

Sobre esse promissor aspecto, destaca-se ainda a obra “Cultura e Oportunidade do Brasil por suas Drogas e Minas”, escrita em latim e publicada no ano de 1711, em Lisboa, pelo jesuíta italiano João Antônio Andreoni com o pseudônimo de André João Antonil.¹¹ Essa obra é considerada o melhor trabalho que há sobre as condições sociais e econômicas do Brasil no início do século XVIII.¹²

Dimas Perrin leciona que em 1789 o Brasil estava economicamente melhor que os Estados Unidos, que dependia praticamente da exportação

de bacalhau, sendo conhecidos muitos minérios em solo brasileiro.

Mas o Brasil precisava se industrializar e otimizar sua capacidade de produção agrícola. Seus produtos naturais em geral eram subaproveitados. A mineração já estava alcançada pela crise de escassez do ouro desde praticamente o início da segunda metade daquele século XVIII e carecia de inovações tecnológicas.

Lembre-mos de que com o alvará régio de 1.785¹³ foram proibidas fábricas e manufaturas em solo brasileiro.

A potencialidade das terras brasileiras e de seus minérios era de conhecimento dos cientistas daquela época...

A ciência moderna¹⁴ tinha vindo junto com as ideias iluministas e os professores pós-Reforma Pombalina, da Universidade de Coimbra, repassaram esses valores para seus alunos, sendo que destes vários brasileiros das Minas Gerais se tornaram integrantes da Inconfidência Mineira.

E dentre os inconfidentes um se destacou também como baluarte do desenvolvimento industrial objetivado pela Inconfidência Mineira. Trata-se de José Álvares Maciel¹⁵, for-

mado em ciências naturais na Universidade de Coimbra e que tinha ideal de explorar no Brasil as riquezas naturais a partir da independência que o levante Inconfidente esperançava.

Maciel era, sem dúvida, a grande referência na industrialização do Brasil. Ele se preparou e estava plenamente apto para isso. Seu notável currículo acadêmico,¹⁶ sua rica experiência: quase dois anos nos Estados Unidos integrando, como voluntário, as tropas de Lafayette, mais sua estada de um ano e meio na Inglaterra, berço da revolução industrial, onde estudou técnicas industriais,¹⁷⁻¹⁸ somado ao conhecimento que já detinha sobre as riquezas naturais, especialmente as minerais, do Brasil, notadamente em Minas Gerais. Nada mais justo que se atribuir a José Álvares Maciel o título de verdadeiro líder do desenvolvimento industrial brasileiro que certamente viria a partir da separação com a metrópole.

Exemplificando a elevada capacidade científica de José Álvares Maciel, ressalte-se que ele, em 26 de junho de 1784, “participou de uma experiência aerostática com estudantes e professores da Universidade de Coimbra, dirigidos pelo cientista Domingos Vandelli, noticiada com destaque pela “Gazeta de Lisboa”.¹⁹ Esse feito também consta do livro de João Maria Jales, com o título *Os Balões em Portugal*, publicado em 1887.²⁰

O notável cientista Domingos Vandelli ainda se referiu a Maciel como o descobridor das jazidas de arsênio



da serra da Estrela, em Portugal, e autor de várias classificações de rochas.²¹

Maciel também era membro da Academia de Ciências de Lisboa.²²

E mesmo estando no degredo, em Angola, após ter sido sufocada a Inconfidência Mineira, José Álvares Maciel aplicou seus conhecimentos na extração e produção de vários metais em solo africano, o que demonstra mais e mais sua capacidade em promover a industrialização do Brasil no contexto do sonho inconfidente. Naquele mesmo país africano, na localidade de Nova Oeiras, Maciel também “construiu e fez funcionar, embora por tempo exíguo, um alto-forno para a produção de ferro”.²³

Ainda ilustrando essa capacidade técnica de Maciel, registre-se que o padre Manuel Ruela Pombo, que estava em missão em Angola, noticiou que o governador daquela colônia comunicou em 19/09/1799 ao auxiliar do rei de Portugal, Rodrigo de Souza Coutinho, que José Álvares

Maciel lhe disse que havia descoberto em Vila Rica, nas fraldas do Saramenha, vitríolo de cobre dentro de um banco de xisto e argila micácia, mais arsênio no Morro-das-Lages, de ouro pimenta e ferro, além de enxofre na mina de Gontijo, sem contar cobre puro desde Cachoeira do Campo até São João do Morro Vermelho.²⁴

Sobre José Álvares Maciel, oportuna ainda é a consideração feita por Sérgio Buarque de Holanda: “A figura de Maciel está a reclamar investigações mais minuciosas. Ela nos interessa não só pela sua participação e seu desempenho na Inconfidência Mineira, mas também como representante dessa nova geração que na Europa recebia uma educação menos clássica, mais voltada para as ciências experimentais e que no Velho Mundo presenciara o impacto político produzido pela independência dos Estados Unidos. Pragmático por formação e tendências, como bem revela na discussão a propósito

da libertação dos escravos, Maciel se inclinava mais para as ideias inglesas ou as instituições americanas do que para o racionalismo francês... é possível que sua ação tivesse maior amplitude do que a que os documentos da devassa deixam entrever”.

E Maciel ainda podia contar com a atuação do também inconfidente José de Sá Bittencourt e Accioli²⁵ que, assim como ele, tinha formação em Filosofia e Ciências Naturais, sendo que foram ambos contemporâneos na Universidade de Coimbra.

Acresce-se que José de Sá, por ocasião de seu segundo interrogatório²⁶ nos autos da Devassa, tendo-lhe sido perguntado pelos devassantes “sobre que rolavam as práticas que teve com José Álvares Maciel” respondeu que “rolavam ordinariamente (sic) sobre análises de Minas, que o dito José Álvares tinha descoberto, e outras matérias Filosóficas, e História Natural, de que ambos eram professores.”²⁷

Ao ser interrogado pela segunda vez,²⁸ Maciel declarou que tinha amizade com José de Sá Bittencourt “desde o seu tempo de Coimbra”. Isso certamente diz muito em relação à convivência entre ambos, especialmente considerando aqueles tempos de conspiração e, especialmente, que dentre todos os envolvidos na Inconfidência Mineira somente os dois tinham formação técnico-profissional na área das ciências naturais.

Outro detalhe que chama a atenção é que durante praticamente todo o já referido segundo interrogatório²⁹ de Maciel os devassantes fizeram perguntas sobre a possível participação de José de Sá no levante e, ainda, igualmente salta aos olhos a postura defensiva de José Álvares Maciel, protegendo-o daquelas capciosas perguntas e do risco de vê-lo, como a si próprio, implicado no movimento inconfidente.

Merece ainda uma atenção especial Vicente Coelho de Seabra Silva Telles³⁰ que também estudou na Universidade de Coimbra e se formou em Filosofia no ano de 1788 e em Medicina no ano de 1791. Foi sócio da Academia Real de Ciências de Lisboa e professor da mesma universidade nas disciplinas de zoologia, mineralogia, botânica e agricultura. Foi também um dos mais brilhantes estudantes brasileiros de Coimbra. Autor de várias obras, não obstante ter falecido com apenas 39 anos de idade. Após ir para Coimbra, no ano de 1783, jamais retornou ao Brasil.³¹ Participou, com José Álvares Maciel, da já aludi-

da experiência com balões de ar sob a orientação do professor Vandelli.³²

Dentre a vasta produção científica de Vicente Coelho de Seabra Silva Telles, merece especial relevo a obra *Elementos de Química* dedicada à Sociedade Literária do Rio de Janeiro, edição de 1788, sendo de se considerar que esta Sociedade Literária no ano de 1794, ou seja, dois anos após o enforcamento de Tiradentes,³³ viu-se envolvida na chamada “Inconfidência Carioca”³⁴

A meu modesto sentir, Vicente Coelho de Seabra Silva Telles tinha ligação com a Inconfidência Mineira, mesmo estando em terras portuguesas, uma vez que fez tal dedicatória em sua referida obra como, quem sabe, uma forma velada de declarar sua crença no pleno desenvolvimento do Brasil, porquanto a ciência Química, já naqueles tempos, estava relacionada direta e amplamente aos recursos naturais, atributos esses que sua pátria possuía e que ele conhecia e defendia cientificamente.

Inegável, portanto, que os projetos dos Inconfidentes eram assentados em reais condições que os fariam factíveis, uma vez rompida a colônia brasileira da metrópole portuguesa. Com efeito, o Brasil tinha efetivamente plenas condições de se estabelecer como país independente, inclusive no plano da industrialização, do progresso e do desenvolvimento econômico; tinha já produtos agrícolas e pecuários satisfatórios; de suas riquezas naturais se poderia extrair matéria-prima para a

produção industrial; a população das principais capitanias já era expressivamente urbana, o que facilitava a mão de obra na produção industrial e, inclusive, o próprio consumo; a produção de minérios, do tipo ferro e carvão por exemplo, também não seria problema; o desenvolvimento e o progresso viriam a partir da implantação de indústrias de manufaturas e fornos metalúrgicos que o jovem e brilhante inconfidente José Álvares Maciel capitaneava no levante.

Perrin sintetiza que a inconfidência “tinha objetivos progressistas”³⁵ e também enfatiza que se o movimento inconfidente tivesse sido efetivado como proposto o desenvolvimento industrial de fato aconteceria, acrescentando que “[t]odas as condições existiam para a concretização dos mesmos.”³⁶

Referido Dimas Perrin discorre ainda que “havia um grupo de estudiosos brasileiros, preocupado em conhecer a nossa realidade e aplicar ideias aparecidas na Europa” e, arremata: “Isso explica o programa tão avançado e inovador dos inconfidentes.”³⁷

Assim, como já salientado neste abreviado artigo, vê-se que essas “ideias aparecidas na Europa” foram assimiladas por estudantes brasileiros, notadamente mineiros, nos bancos da Universidade de Coimbra.

Inquestionável, portanto, a valiosa relação da Universidade de Coimbra com o desenvolvimento econômico e industrial planejado pela Inconfidência Mineira, e não somente com a específica independência do Brasil.

***Juiz de Direito aposentado, ex diretor do Fórum de São João del-Rei**

NOTAS:

1 O historiador Dimas Perrin é um dos poucos historiadores que sustenta que a Inconfidência Mineira não se limitava à independência política, mas almejava emancipação econômica e buscava, ainda, "um rápido progresso". (Inconfidência Mineira – Causas e Consequências, 2ª edição, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1985, pág. 201).

2 O iluminismo foi o movimento intelectual que aconteceu na Europa (especialmente na França) no século XVIII e que defendia, em síntese, a liberdade política e econômica, bem como o avanço da ciência e da razão.

3 Reforma Pombalina foi o conjunto de inovações administrativas implantadas pelo poderoso ministro do rei de Portugal D. José I, o Marquês de Pombal (Sebastião José de Carvalho), que ocupou essa função no longo período de 1750 a 1777 e era considerado um "déspota esclarecido" por suas tendências iluministas.

4 Mestre italiano oriundo da Universidade de Pádua, na Itália, e professor das disciplinas de Química e História Natural, cujo pensamento foi essencial para a fundação da Real Academia das Ciências de Lisboa, que começou a funcionar no ano de 1780, e que foi fundamental para a formação e a divulgação das ideias iluministas de novo saber econômico. (Luciane Cristina Scarato, livro *virtual Caminhos e descaminhos do ouro nas Minas Gerais, administração, territorialidade e cotidiano (1733-1783)*, pág. 115, acesso na internet dia 06/09/2018, às 19:30 horas).

5 "Poucos professores deixaram uma marca tão forte nos alunos daquela geração quanto o químico italiano Domenico Vandelli [...]. Maçom, Vandelli era um professor carismático, com inúmeros interesses que iam da ciência pura à tecnologia, incluindo o estudo da botânica e o desenvolvimento de indústrias." (Pedro Doria, 1789 – A história de Tiradentes e dos contrabandistas, assassinos e poetas que lutaram pela independência do Brasil – editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2014, pág. 141).

6 "A reforma pombalina do estudo das ciências", site "www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/Textos/cienciasexactas/areformapombalina", acesso às 15:12 horas do dia 31/08/2018.

7 Guilherme Thomas François Raynal (1713/1796). Religioso Jesuíta e filósofo francês. Utilizou o nome L'AbbéRaynal quando pertenceu à Companhia de Jesus (https://pt.wikipedia.org/wiki/Guillaume_Thomas_Fran%C3%A7ois_Raynal, acesso em 04/10/2018, às 09:54 horas).

8 Título em português: "História filosófica e política dos estabelecimentos e do comércio dos europeus nas duas Índias". Sobre o livro mencionado vale conferir substancial trabalho na internet, da lavra de Junia Ferreira Furtado e Nuno Gonçalo Monteiro, denominado "Os Brasis na Histoire des Deux Indes do abade Raynal" (<http://www.scielo.br/pdf/vh/v32n60/1982-4343-vh-32-60-00731.pdf>, acesso em 04/10/2018, às 09:15 horas).

9 José Pereira Ribeiro, mineiro, formado advogado pela Universidade de Coimbra no ano de 1786, repassou um exemplar desse livro de Raynal para o inconfidente Cônego Luis Vieira. Posteriormente esse livro foi apreendido em

razão da Devassa da Inconfidência Mineira juntamente com outros que compunham o expressivo acervo do Cônego Luis Vieira. (ADIM, vol. 9, pág. 41, nota de rodapé de nº 8).

10 Kenneth Maxwell - A Devassa da Devassa – A Inconfidência Mineira – Brasil e Portugal [1750 – 1808] 7ª edição – editora Paz e Terra – 2010, pág. 136.

11 Dimas Perrin, Inconfidência Mineira – Causas e Consequências, 2ª edição, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1985, pág. 15.

12 Diante da importância desse livro de Antonil, a Coroa Portuguesa, receosa do risco da divulgação de informações tão detalhadas sobre sua principal Colônia, o Brasil, proibiu-o e confiscou os seus exemplares. Entretanto, e felizmente, restaram poucos exemplares que se tornaram raridades. (Wikipédia, acesso em 08/10/2018, às 11:30 horas).

http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or1320141/or1320141.html#page/1/mode/1.

13 Esta proibição esteve em vigor por 23 nos, ou seja, de 1785 até 1808.

14 *História de Minas Gerais – As Minas Setecentistas*, vol. 2 (organizado por Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villalta), Autêntica Editores, Belo Horizonte, 2007, pág. 178.

15 Engenheiro químico nascido em Vila Rica e falecido em março de 1804/5 em Massangano, Angola, com 44/45 anos. Cunhado do também inconfidente Tenente-Coronel Francisco de Pádua Freire de Andrada. (idem, pág. 330). Filho que era do Guarda-Mor de Vila Rica de igual nome. Certamente gozava da estima do Visconde de Barbacena, pois chegou a residir na casa dele em Cachoeira do Campo. Foi Maciel quem deu de presente a Tiradentes um exemplar do famoso livro que ficou conhecido pela abreviatura "Recuel" e que continha a coletânea das leis que constituíram os Estados Unidos após o movimento de independência. Foi contemporâneo do estudante carioca José Joaquim da Maya e Barbalho que trocou correspondências com Thomas Jefferson com o pseudônimo "Vendeck", solicitando apoio dos Estados Unidos ao movimento da Inconfidência, e que chegou a se encontrar com ele na cidade francesa de Nimes. Maciel sem dúvida alguma integrava o grupo de estudantes brasileiros em Coimbra que se comprometeram a lutar pela independência do Brasil, episódio que na historiografia ficou conhecido como "Pacto dos Doze".

16 Fez o curso de forma brilhante. Suas notas sempre foram *nemine discrepante* (Augusto de Lima Júnior, "História da Inconfidência de Minas Gerais", Editora Itatiaia, Belo Horizonte, 2010, pág. 58).

17 Kenneth Maxwell (coord.), "O Livro de Tiradentes", editora Penguin Companhia Das Letras, São Paulo, 2013, pág. 33.

18 "Na Inglaterra, Maciel estudou nos centros manufatureiros a possibilidade de se estabelecerem, em Minas, não só fábricas de panos, como fornos metalúrgicos." (Augusto de Lima Júnior, "História da Inconfidência de Minas Gerais", Editora Itatiaia, Belo Horizonte, 2010, pág. 58).

19 ADIM, vol. 5, pág. 328, nota de rodapé nº 1, primeira parte.

20 Augusto de Lima Júnior, "História da Inconfidência de

Minas Gerais", Editora Itatiaia, Belo Horizonte, 2010, pág. 58.

21 Dimas Perrin, Inconfidência Mineira – Causas e Consequências, 2ª edição, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1985, pág. 202.

22 ADIM, vol. 5, pág. 328, nota de rodapé nº 1, primeira parte.

23 *História de Minas Gerais – As Minas Setecentistas*, vol. 2 (organizado por Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villalta), Autêntica Editores, Belo Horizonte, 2007, pág. 180.

24 Dimas Perrin, Inconfidência Mineira – Causas e Consequências, 2ª edição, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1985, pág. 202 e 203.

25 Era natural de Caeté, Minas Gerais. Formou-se em Filosofia e História Natural pela Universidade de Coimbra no ano de 1787.

Em razão da Devassa, foi preso quando estava na capitania da Bahia, possivelmente foragido, e enviado para a cidade do Rio de Janeiro.

Foi colocado em liberdade aos 12/09/1789 por alvará assinado pelo vice-rei (ADIM, vol. 1, pág. 28).

26 Interrogatório ocorrido em 10/09/1791.

27 ADIM, vol. 5, pág. 568.

28 Interrogatório aos 06/09/1791 (ADIM, vol.5, pág. 333/337).

29 Idem.

30 1764-1804. Natural de Congonhas do Campo e estudou no Seminário de Mariana, tendo, possivelmente, sido aluno de seu conterrâneo e inconfidente cônego Luis Vieira. (*História de Minas Gerais – As Minas Setecentistas*, vol. 2 (organizado por Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villalta), Autêntica Editores, Belo Horizonte, 2007, pág. 182).

31 Idem, pág. 183.

32 *História de Minas Gerais – As Minas Setecentistas*, vol. 2 (organizado por Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villalta), Autêntica Editores, Belo Horizonte, 2007, pág. 179.

33 Um dos maiores heróis deste país. Foi um dos líderes do movimento Inconfidente e o único dentre os inconfidentes que assumiu a responsabilidade pelo levante tendo, inclusive, exculpado os demais. Restou enforcado no dia 21 de abril de 1792 após sentença proferida nos Autos da Devassa da Inconfidência Mineira. Dentre todos os onze condenados sobreviventes no referido processo, somente Tiradentes teve a pena capital executada, enquanto os demais tiveram suas respectivas penas comutadas em degredo.

34 Os membros da Sociedade Literária do Rio de Janeiro se viram presos durante aproximadamente 2 anos. (*História de Minas Gerais – As Minas Setecentistas*, vol. 2 (organizado por Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villalta), Autêntica Editores, Belo Horizonte, 2007, pág. 183).

35 Dimas Perrin, Inconfidência Mineira – Causas e Consequências, 2ª edição, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1985, pág. 203.

36 Idem, pág. 201.

37 Idem, pág. 203.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- "A verdade dos Inconfidentes", revista da Academia Mineira Maçônica de Letras, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 2013, pág. 500.

- Augusto de Lima Júnior, "História da Inconfidência de Minas Gerais", Editora Itatiaia, Belo Horizonte, 2010.

- Autos da Devassa da Inconfidência Mineira - ADIM, 1976 – Brasília-Belo Horizonte – impressão pela Câmara dos Deputados e do Governo do Estado de Minas Gerais.

- Décio Ruivo Martins, "Brasileiros na reforma pombalina: criando novos caminhos da ciência entre Portugal e o Brasil" – site da Universidade de Coimbra - acesso em 25/10/2018, às 01:00 hs.

- Dimas Perrin – Inconfidência Mineira, causa e consequências, 2ª edição, editora Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1985.

- Diogo de Vasconcelos, "História Média de Minas Gerais", editora Itatiaia, Belo Horizonte, 4ª edição, 1974.

- *História de Minas Gerais – As Minas Setecentistas*, vol. 2 (organizado por Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villalta), Autêntica Editores, Belo Horizonte, 2007.

- *História geral da civilização brasileira*, Holanda, S. B., org.; Difel: Rio de Janeiro, 1977, Livro I, v.2., p. 403. [Links]

- Kenneth Maxwell - A Devassa da Devassa – A Inconfidência Mineira – Brasil e Portugal [1750 – 1808] 7ª edição – editora Paz e Terra – 2010

- Kenneth Maxwell (coord.), "O Livro de Tiradentes", editora Penguin Companhia das Letras, São Paulo, 2013

- Kenneth Maxwell – "www.scielo.br/pdf/ea/v3n6/v3n6a02.pdf" – acesso em 14/03/2018 às 10:46 hs.

- Laima Mesgravis, História do Brasil Colônia, editora Contexto, 1ª edição, São Paulo-SP, 2017.

- Laura de Mello e Souza, in "Cláudio Manuel da Costa", Companhia Das Letras, 2011, São Paulo.

- Lília M. Schwarcz e Heloisa M. Starling, "Brasil: Uma Biografia", editora Companhia das Letras, São Paulo, 2015.

- Lucas de Figueiredo, "O TIRADENTES: Uma biografia de Joaquim José da Silva Xavier", editora Companhia das Letras, 2018, São Paulo, 1ª edição.

- Luciane Cristina Scarato, "Caminhos e descaminhos do ouro nas Minas Gerais administração, territorialidade e cotidiano (1733-1783)" – acesso dia 06/09/2018 às 19:30 horas.

- Luiz Roberto Lopes, História do Brasil Colonial, 2ª edição, editora Mercado Aberto, Porto Alegre, 1983.

- Mary del Priore e Renato Venancio, Uma Breve História do Brasil, editora Planeta, 2010, São Paulo.

- Miguel Augusto Gonçalves de Souza – O Descobrimento e a Colonização do Brasil – Coleção Reconquista do Brasil, 2ª Série, volume 220, editora Itatiaia, Belo Horizonte, 2000

- Pedro Doria, 1789 – A história de Tiradentes e dos contrabandistas, assassinos e poetas que lutaram pela indepen-

dência do Brasil – editora Nova Fronteira, RJ, 2014

- Raízes da Modernidade em Minas Gerais, João Antônio de Pádua, editora autêntica, Belo Horizonte, 2000.

- Renata Christina de Oliveira Elias, "O Processo Penal contra Tomás Antônio Gonzaga: Inconfidência Mineira - Final do Século XVIII", Editora Kelps, Goiânia, 2012.

- Roberto Lopes, 1792 – Tiradentes – Os mistérios e mentiras da Inconfidência – São Paulo – Discovery Publicações, 2013.

- Rosalvo Gonçalves Pinto - "Os Inconfidentes, José de Resende Costa (pai e filho) e o Arraial da Laje" – amiRCo, Associação dos Amigos da Cultura de Resende Costa – Coleção Ligeirana - 2ª edição revista e ampliada – Resende Costa, 2014).

- São João del-Rei – Ouro, Guerra e Fé no Rio das Mortes – Francisco Brant, editora Formato Artes Gráficas, Belo Horizonte, 2009.

- <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiadosbrasil/reformas-pombalinas.htm>, acesso aos 04/09/2018, às 10:50 horas.

- https://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/Textos/brasileiros/andrade, acesso em 24/09/2018 às 8:19 hs.

- www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/Textos/cienciasexactas/areformapombalina, acesso às 15:12 horas do dia 31/08/2018.

- site da Universidade de Coimbra - Tema "Contributo(s) para a formação de uma identidade – Brasileiros na Universidade de Coimbra" – pesquisa realizada em 14/03/2018 às 10:05 horas.



Primeiras linhas de um crime de lesa-majestade

Bruno Terra Dias*



Pintura de Haydée da Veiga Oliveira intitulado "A prisão de Cláudio Manoel"

Uma revolução ou, na linguagem de época, uma inconfidência, não se realiza sem que suas ideias mestras estejam organizadas, bem dispostas e sejam comunicadas ao gosto das massas, sem cujo apoio tudo fracassa. A Inconfidência Mineira não foi diferente. Antes de tudo, houve necessidade de formar uma consciência de pertencimento a uma realidade

sócio-histórico-geográfica. A afirmação política de independência é momento grave na vida de todos os povos, demonstra maturidade e precisa estar devidamente enraizada nas consciências.

Para formação do conjunto de convicções necessárias e indispensáveis ao desiderato libertário e à formação do sentimento de Nação, a união se faz por história,

mitologia, narrativas épicas dos grandes feitos de heróis e até mesmo pela via religiosa. Minas Gerais viveu concentradamente as várias fases formativas de seu povo no lapso de 70 (setenta) anos, entre 1720, quando instalada a capitania, a 1789, quando frustrou o movimento inconfidente, que levaria mais três décadas para desembocar na independência brasileira.



Entre os construtores do idealismo contagiador e inconfidente encontra-se Cláudio Manuel da Costa, a quem António José Saraiva e Óscar Lopes, na portentosa História da Literatura Portuguesa, publicada pela Porto Editora, dedicam apenas pequenas referências, não chegando a dez linhas de texto, resumindo sua vida e obra em apontamentos de submissão às vontades antiaristocráticas de Tiradentes, atribuição de suicídio na prisão, autoria das Cartas Chilenas e do poema épico Vila Rica, qualificado como “precursor pouco feliz do poema heroico brasileiro”. Nota-se pela modéstia de espaço e desmerecimento do comentário o rebaixamento de Cláudio Manuel da Costa à condição de espírito menor, um poeta diminuto, de escassa influência, um quase desconhecido. Seria assim mesmo?

A análise fria dos momentos formadores exige humildade, como quem se senta ao chão e contempla a realidade declinante dos impérios, dos poderes e daqueles que a fortuna, ou sorte, diz serem os poderosos. Cláudio Manuel da Costa foi protagonista de um desses momentos e o soçobrar setecentista dos seus ideais foi alicerce dos fatos de setembro de 1822, com outros protagonistas. Afinal, com quantas infelicidades se constrói um sucesso? O drama da vida, começado tímido, desenrola-se por gerações e é melhor compreendido quando passado tempo suficiente para distanciamento e desapego, permitindo alguma isenção.

Se o poema heroico forja a saga de um povo, com suas histórias épicas e mitos fundantes, a tarefa que o árcaico se impunha tinha antecedência em Homero, Virgílio, Dante e Camões. Porém, na concentração de 53 anos entre a instalação da capitania e a publicação de seu labor, não teve Cláudio Manuel da Costa a tradição oral, recolhida pelo grande poeta jônio na composição da Odisseia e da Ilíada. Nunca houve dúvidas à existência e produção do mineiro, como constam na questão homérica.

Cláudio Manuel da Costa foi protagonista de um desses momentos e o soçobrar setecentista dos seus ideais foi alicerce dos fatos de setembro de 1822...

A terra, tão amada, não se podia vangloriar de uma mitologia assimilada da cultura helênica para criar uma origem divina, como o fez o autor da Eneida, pois dispunha apenas da aventura bandeirante no enfrentamento da na-

tureza e dos bravos povos originários, suplantados à força. As incríveis paisagens do Inferno, do Purgatório e do Paraíso, consolidadas pelo escritor florentino na Idade Média, modelo precursor dos futuros renascentistas, consagrador da língua italiana, à época ainda em formação, não poderiam ser meramente reproduzidas no cenário tropical que maravilhou a Europa, e cuidou o marianense então de descrever a morada de seu coração. Os mares camonianos não alcançavam a capitania, no entanto, eram o imediato antecedente da honra ao herói sem distinção, cuja existência foi da tristeza à infâmia, do sagrado ao dissoluto, na bruta liberdade do eterno momento.

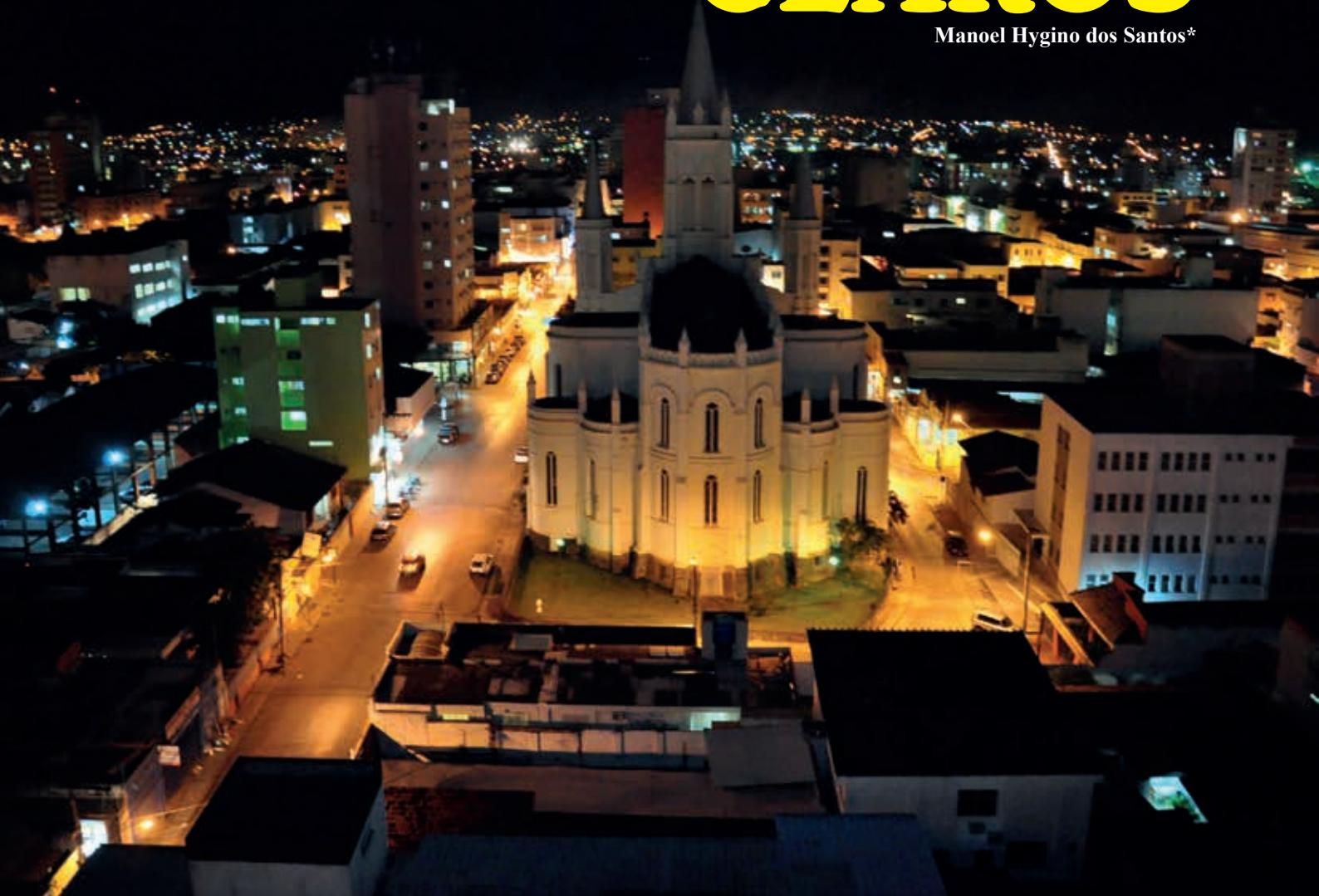
Primeiro a se dedicar à descrição construtiva do caráter de uma Nação, haveria de ter seu nome ligado estreitamente à Conjuração a que seu gênio formador serviu de adubo à brotação. Lugar pequeno lhe reserva o espírito feudal da metrópole não desgarrada dos costumes de seus mais ricos anos, como a reclamar exclusividade e superioridade cultural em poetas de escol. Pagou com a vida seu ideal, sujeitando-se ao escárnio da fama de vil suicida, que as normas então vigentes excluía de reconhecimento e de enterro mais cristão. Sua Vila Rica continua, é o primeiro ato, remoto por certo, do teatro de um crime de lesa-majestade que é infundir em um povo a semente libertária de sua vocação.

***Desembargador, ex-presidente da AMAGIS, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais**



MONTES CLAROS

Manoel Hygino dos Santos*



Vista noturna de Montes Claros, com ênfase para nossa Catedral.

Recorro ao lugar-comum: Deixei minha cidade natal, há muitos anos, mas ela jamais me deixou. É assim mesmo: Montes Claros está inserida em meu corpo e alma, não desgruda em tempo algum ou em qualquer lugar. É prova de amor, coisa inata, que só termina quando ocorre o último suspiro.

Yvonne Silveira, presidente perpétua da Academia Montes-clarense de Letras, resume o começo: “Seduzidos pela fertilidade do sertão mineiro e esperançosos de conquistarem riquezas, Antônio Gonçalves Figueira e Matias Cardoso tornaram-se colonizadores, preando índios e construindo fazendas cujas sedes se transformaram em cidades”.

Foi de um modo geral assim, mas houve imenso esforço, muito suor, muitas lágrimas, sangue inclusive, para chegar ao que é Montes Claros hoje.

Vou ao âmago, registrando o que já se publicou. As terras do município de Montes Claros eram, até a década de 1760, habitadas apenas pelos índios Anais e Tapuias. Por volta de 1768, a Expedição Espinoza desbravou a região à procura de pedras preciosas e embrenhou-se pelo sertão do Norte da Capitania de São Paulo e Minas de Ouro. Fernão Dias Pais organizou uma bandeira para conquistar o território.

Simeão Ribeiro Pires devotado estudioso da história e de tudo mais que diz respeito ao município e à região, registrou com conhecimento de causa em “Raízes de Minas”: “A ocupação humana do solo mineiro pelas bandeiras paulistas, em destaque Fernão Dias Pais, se fez pelos pousos ou roças de sustentação. Da simples observação da duração da jornada – cinco anos- somente plantando e colhendo roças para o avanço seguinte, foi possível, a duras penas, a realização da empresa, em tudo semelhante ao avanço vagaroso do papagaio, só tirando o pé da segurança de um pouso para o apoio de um outro”.

Os bandeirantes queriam ouro, esmeraldas e outras pedras preciosas, mas o projeto não era de fácil concretização. O Brasil era muito grande, o sertão se ia revelando imensurável, havia índios agressivos, florestas supostamente intransponíveis, doenças e bichos de toda espécie.

Bruza de Espinoza perambulava pelo território norte-mineiro, também buscando as “serras verdes”, isto é, com esmeraldas, mas só encontrou fome, males do corpo e índios, alguns bárbaros. Em seguida, Fernão Dias, largou para trás a sua Taubaté, tão longe, e pôs pé na mata.

Tantos e tantos percorreram aquelas recônditas regiões, mais do que para ampliar a fé e o império, porque o interesse material predominava. Na primeira expedição de Fernão Dias, em 1661, houve o que a história ensina desde o curso elementar. Localizaram-se pedras verdes, ansiosamente aguardadas, mas não as esmeraldas. As sacolas de couro levaram para São Paulo apenas turmalinas, de baixo valor.

Havia necessidade de novas tentativas e o governo lusitano tinha convicção disso, em face da decadência da lavoura canaveira, provocada pela concorrência holandesa nas Antilhas. Lisboa decidiu financiar bandeiras e conceder títulos e privilégios aos que se interessassem por novas empreitadas.



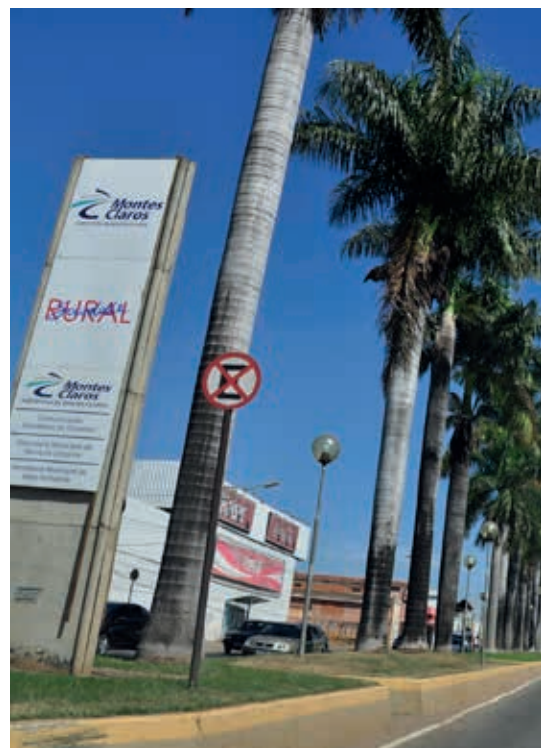
Casarão dos Mauricio, restaurado



Marujada, no mês de agosto



Vista panorâmica de MOC atual



Os arranha-céus se multiplicam em uma velocidade impressionante

Objetivo: os mesmos. De nova vez, o paulista levava consigo o mestre de campo Matias Cardoso de Almeida e seu cunhado, ainda jovem, Antônio Gonçalves Figueira, que se apaixonou pela região. Ambos retornaram a São Paulo. Mãos calejadas, mas vazias. O “caçador de esmeraldas”, o líder, vitimado por terrível febre, ficaria pelo tenebroso caminho.

Em 1691, Figueira organiza outra expedição, com 600 homens, para pacificar os índios e se encontra com Marias Cardoso, que partira um ano antes e o esperava às margens do Rio Verde. A guerra com os índios durou sete anos, terminando com vitória de Antônio Figueira, que comprou 700 índios-escravos. Terminada a missão, não quiseram retornar a São Paulo. Matias Cardoso ficou-se às margens do rio São Francisco e, Antônio Figueira nas zonas de pastagens, onde fundou a Fazenda Brejo Grande com o primeiro engenho de cana do sertão, além das fazendas Jaíba e Olhos D’água. Figueira “obteve por alvará de 12 de abril de 1707, uma sesmaria de léguas e meia de largo por três de comprimento sob as

condições do Foral, não podendo alhear terras, nem se apoderar de aldeias e terras dos índios”. Situava-se nas cabeceiras do Rio Verde pela margem esquerda, tendo ao sul os montes de xistos calcários (esbranquiçados), estabelecendo aí a Fazenda dos Montes Claros. A sede da fazenda foi construída no Vale do Rio Vieira (afluente do Rio Verde) na margem direita do rio.

Os terrenos salitrosos e as magníficas pastagens naturais determinaram a primeira exploração econômica da região, segundo Euclides da Cunha. O gado era exportado para a Bahia, além dos centros mineradores, o salitre para o Rio de Janeiro e Vila Rica. Antônio Figueira abriu estradas ligando suas fazendas à Bahia e o São Francisco e a região foi rapidamente se povoando. Abriam-se estradas para Pitanguí e Serro.

Já velho, Figueira voltou a São Paulo. O filho, André, é deportado para Angola, por envolvimento em motins contra cobrança do quinto. Mas o aglomerado ganhava dimensões e expressão. As ligações com a Bahia, Vila Rica e Rio de Janeiro incrementavam o crescimento do Arraial



Avenida Geraldo Athayde



Catedral Nossa Senhora Aparecida

de Formigas. Quando o naturalista francês, Saint-Hilaire, lá esteve, em 1817, já descrevia o povoado como um dos mais belos da Província. 124 anos após obtenção da sesmaria por Figueira, o arraial já se julgava credenciado a desligar-se do Serro Frio, isto é, do atual Serro.

Por lei 802, de 3 de julho de 1857, a Vila passou a cidade, com o nome de Montes Claros. Apesar de iniciada a vida como município independente em 1832, tradicionalmente o aniversário da cidade é comemorado em 3 de julho (referência a 1857) e não em 16 de outubro (1832), quando criado o município por emancipação do Serro.

Em 1891, criou-se distrito de Brejo das Almas (ex-povoado de São Gonçalo do Brejo das Almas) o primeiro do município. Com o passar do tempo, o território montes-clarense sofreu diversas perdas territoriais e reformulações administrativas, até que, na década de 80, passou a compor-se dos atuais distritos: Aparecida do Mundo Novo, Ermidinha, Miralta, Nova Esperança, Panorâmica, Santa Rosa de Lima, São João da Vereda, São Pedro da Garça e Vila Nova de Minas.

Os velhos dias de Montes Claros passaram, mas continuam heroicos. Sua situação geográfica específica assim o determinou. Estagnar, nunca. São 442 quilômetros de Belo Horizonte, com mais de 3 milhões, 500 mil quilômetros quadrados, predominantemente na zona rural. Sua população, por estimativa do IBGE em 2018, é de 404 mil habitantes. A indústria e o comércio são das suas mais importantes atividades econômicas, formando um polo industrial regional. Hoje, dispõe de foros de grande cidade, liderando extensas regiões de Minas e da Bahia. Enfrenta, em consequência, problemas dos mais expressivos núcleos urbanos e dos pequenos.

A atual igreja matriz evoca a primeira capela erigida em 1769, pelo alferes José Lopes de Carvalho, um dos pioneiros, que construiu uma nova, com apoio de fazendeiros. Por ali, levantaram suas residências, correspondendo ao surgimento do Arraial de Nossa Senhora da Conceição e São José de Formigas.

Historicamente, a cidade revelou ação política das mais fortes, podendo-se evocar acontecimentos marcan-



Igreja Morrinhos em Montes Claros



Conjunto Folclórico Banzé, uma das maiores expressões de nossa arte



Festas de agosto: Mestre João Faria e seus Catopês



A Santa Casa de Montes Claros foi fundada em 1871

tes como, o episódio de 6 de fevereiro de 1930, em que o nome da matriarca Tiburtina apareceu na imprensa nacional. Convém ler a crônica local. João Valle Maurício, com atuação brilhante em atividades diversas, escreveu: “A situação geográfica de Montes Claros, bem distante dos grandes centros mais avançados, forçou para que ela firmasse uma individualidade com características especiais. A cidade conserva uma cultura bem própria e de real valor. Uma cidade como a gente: tem sempre muitas histórias para contar”.

De passagem: Montes Claros teve na Academia Brasileira de Letras dois ilustres filhos, numa só época: Darcy Ribeiro e Cyro dos Anjos. E, para incentivar a literatura, a cultura e a arte, despertando novos talentos, MOC conta com prestigiadas entidades para bem representar a cidade e sua região: Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros, Instituto Histórico e Cultural das Polícias Civis, Academia Maçônica de Letras do Norte de Minas, Academia Montes-clarense de Letras, Academia Feminina de Letras, Academia de Ciências, Letras e Artes do São Francisco, Associação dos Repentistas e Poetas Populares do Norte de Minas, Grupo das Amigas da Cultura e Grupo da Confraria da Prosa.

A cidade sempre cresceu e se aprimorou. Ampliou a sua rede de ensino, conta com institutos e universidades, emissoras de rádio e televisão, jornais, clubes esportivos e sociais. Faz-se presente em todas as atividades artísticas, da pintura ao cinema e arquitetura, tem o que divulgar e muito se orgulha, sempre preservando o passado e as tradições mais caras - serestas, as festas religiosas, as cavalhadas, os catopês, as marujadas, a folia de reis, investe e participa dos três poderes da República não abre mão de ser o que foi e o que é na hora das grandes decisões nacionais.

É a vocação.

***jornalista,
membro da Academia Mineira de Letras**

RESTAURAÇÕES SINGULARES NO BRASIL

e outras experiências acerca do patrimônio nacional



Projeto do Instituto Nacional de Desenvolvimento e Integração Cultural | INDIC, viabilizado por meio da Lei Federal de Incentivo a Cultura.

São dois volumes que versam sobre restaurações de importantes monumentos nacionais, mostrando em imagens e detalhes técnicos, aliado a aspectos históricos suas trajetórias e recuperações pelo país, resumindo algumas delas e detalhando a do Convento dos Mercedários e sua anexa Igreja das Mercês de Belém do Pará, no volume I e o Teatro Amazonas no volume II.

Contém, ainda, o primeiro volume, cópia de instigante processo judicial do século XIX, cujo resultado deu à Fazenda Nacional, por vários anos, a posse da Igreja. Discussão jurídica, na época da recém instalada república, recheada por conceitos que deram, posteriormente, origem ao Código Civil Brasileiro.

Para adquirir seu exemplar a preço promocional entre em contato: indic.br@gmail.com



Patrocínio | volume I



Patrocínio | volume II



Realização



MINISTÉRIO DA
CULTURA



memoriacult.com.br

A sua revista de cultura agora na internet.
Veja artigos veiculados nas edições impressas
em atualizações constantes.

Curta nossa página

facebook.com/MemoriaCult



Mais informações: memoriacult@gmail.com